

#### EDITAL Nº 001/2024 - FOOD TRUCK

O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, inscrito no CNPJ nº 18.715.409/0001-50, sediado na Av. VIII, n.º 50, Bairro Carreira Comprida, Santa Luzia/MG, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o comércio de alimentos, exclusivamente na modalidade varejista, no modelo "Food Truck", nas vias e logradouros públicos do Município de Santa Luzia, observados os critérios e as disposições instituídas na Lei 3.787/2016 e suas alterações, no art. 113 da Lei Orgânica Municipal e as contidas neste edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente convocação tem por objeto o preenchimento de vagas para a atividade de comércio de alimentos exclusivamente na modalidade varejista - FOOD TRUCKS, nos termos do artigo 2º, da Lei nº 3787/2016, nas vias e logradouros públicos do Município de Santa Luzia, observados os critérios e as disposições instituídas na Lei 3.787/2016.

### 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 2.1. Poderão participar do presente Edital:

a) Pessoas físicas e jurídicas, enquadradas no art 1º, itens I e V, da Lei 3787/2016, interessadas no comércio de alimentos na modalidade automotiva ou de tração humana nas vias e logradouros públicos do Município de Santa Luzia, cuja atividade a ser exercida seja compatível com o objeto e os



segmentos alimentícios regulados na Lei 3.787/2016, domiciliadas em Santa Luzia e que cumpram as exigências deste Edital.

### 2.2. Não poderão se inscrever:

- a) É vedada a concessão de permissão àquele que exerce sua atividade em condições que caracterizem a existência de vínculo na condição de prestador de serviço ou integrante de grupo econômico ligado a fornecedores de mercadorias comercializadas:
- b) Menores de 18 anos.

#### 3. DAS VAGAS. CATEGORIAS E CADASTRO RESERVA

- 3.1. Fica estabelecido o número de 100 (cem) permissões de uso a serem outorgadas no município;
- 3.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a demanda, nas categorias I (veículo automotor) e categoria II (tração humana), até o limite de 100 (cem) permissões, quando, oportunamente, será divulgada, em meio oficial e não oficial, a vacância de vagas por desistência, não renovação e outras formas previstas na Lei 3.787/2016, caso não haja cadastro de reserva.
- 3.3. Os participantes aprovados, que não forem convocados por estarem fora do número de vagas ofertadas, integrarão cadastro de reserva.

### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições são realizadas exclusivamente pela internet, no site do Aprova Digital <a href="https://app.aprova.com.br/santaluziamg">https://app.aprova.com.br/santaluziamg</a>, após o cadastro inicial e solicitação do serviço "Autorização para Food Trucks", mediante



preenchimento correto e completo de todos os campos obrigatórios e o envio dos documentos necessários para análise de viabilidade do pedido.

- 4.2. O preenchimento incorreto do requerimento e/ou a ausência de documentos que devem instruir o pedido são de responsabilidade exclusiva do requerente e acarretará, de plano, o seu indeferimento, devendo ser postulado novo pedido de permissão de uso.
- 4.3. **As inscrições ocorrerão continuamente**, observado o item 3.2 e 4.1 deste edital.
- 4.4. A inscrição é gratuita, sendo legítima a cobrança da taxa anual decorrente da permissão de uso do solo, nas vias e logradouros públicos, após eventual habilitação e cadastramento.
- 4.5. A participação do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das normas e das condições deste edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.6. O candidato deverá orientar-se no sentido de somente efetuar a inscrição após tomar conhecimento do disposto no Edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente.
- 4.7. Declarações falsas determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo



das sanções penais cabíveis, sendo assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 10 do Edital.

- 4.8. A inscrição é de caráter pessoal e intransferível, sendo expressamente proibida a venda ou o aluguel da permissão/licença, o que, se confirmado, culminará em indeferimento do requerimento, ou na revogação imediata da permissão, caso já deferida, além da aplicação das penalidades previstas na presente Lei e no Código de Posturas do Município, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais pertinentes.
- 4.9. Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida, poderá se manifestar formalmente por meio do recurso administrativo previsto no item 10.

### 5. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 5.1. No ato da inscrição, o candidato deverá preencher os dados dos formulários disponibilizados no site do Aprova Digital e anexar os seguintes documentos:
- 5.1.1 Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira de motorista, carteira de trabalho, RIC Registro de Identificação Civil, carteiras profissionais de Conselhos ou Ordens de Classe e passaporte);
- 5.1.2 Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física CPF do titular (permissionário) ou comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do titular (permissionário) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- 5.1.3 Cópia do comprovante de residência no município de Santa Luzia MG, atualizado (de até 90 dias) em nome do requerente ou pessoa do grupo familiar, desde que comprovado o parentesco ou vínculo por meio de



documento oficial (certidão de casamento, registro em cartório de união estável e outros), ou no nome do locador mediante apresentação de contrato de locação com firma reconhecida em cartório, ou declaração, com firma reconhecida em cartório, afirmando que o requerente reside com o declarante, junto com comprovante de residência oficial do declarante.

- 5.1.4 Certidão negativa de débito em nome do requerente junto à Prefeitura Municipal de Santa Luzia;
- 5.1.5 Indicação de colaborador, se for o caso, apresentando ao mesmo tempo cópias de documentos constantes nos itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 deste edital;
- 5.1.6 Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos CRVL, atualizado, devidamente quitadas as suas obrigações tributárias somente para pretendentes à categoria I (Veículo automotor), com o **devido emplacamento** pelo órgão competente no Município de Santa Luzia MG;
- 5.1.7 Cópia do contrato social ou estatuto e suas alterações; no caso do MEI Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- 5.1.8 É obrigatório ao requerente anexar fotos e fichas técnicas do equipamento a ser utilizado, fotos do local desejado para o exercício da atividade, bem como outros documentos que entender e achar pertinentes a instruir o processo de avaliação da permissão pleiteada;
- 5.1.9 Para efeito de identificação do ponto, serão utilizados o nome oficial da via ou logradouro público e seu respectivo número;
- 5.2 Somente serão analisadas as inscrições cujos formulários e documentos estejam completos e de acordo com esse edital e a Lei 3.787/2016.
- 5.3. Após finalizar a solicitação e encaminhar para análise o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento do processo.



- 5.4. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no Edital e na legislação pertinente, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 6. DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES E DO PROCESSO DE EMISSÃO DO TPU
- 6.1. A avaliação dos requerimentos dos candidatos será realizada por analista da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, no período de até 15 dias subsequentes à inscrição.
- 6.2. Caso alguma informação ou documento apresentado na inscrição não esteja de acordo com as especificações contidas neste edital e na Lei 3.787/2016, o analista devolverá o processo com as pendências informadas, devendo o requerente apresentar as correções no prazo de até 10 (dez) dias, conforme § único do art. 25, da Lei nº 4055/2019.
- 6.3. O ponto pretendido será deferido por ordem de inscrição, caso o processo esteja de acordo com as especificações contidas neste edital e na legislação pertinente. Havendo mais de um interessado na obtenção da permissão de uso do mesmo bem público, o pedido será analisado de acordo com o art. 10, da Lei 3.787/2016.
- 6.3.1 Os pontos, objetos de permissão de uso as vias e logradouros públicos, poderão ser as repartições públicas, as praças e parques municipais, preenchidos os requisitos constantes na Lei 3.787/2016, no Código de Trânsito Brasileiro CTU e nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN, bem como à regulamentação estabelecida pelo órgão executivo municipal de trânsito.



- 6.4 Após o deferimento do pedido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano será emitido o Documento de Arrecadação Municipal DAM, para recolhimento da taxa pela permissão de uso, que será lançada da forma constante na tabela do Anexo VIII, da Lei nº 3160/2010, Código Tributário Municipal, nos termos de seu artigo 200.
- 6.5. A taxa será paga de uma só vez por ocasião da outorga do Termo de Permissão de Uso TPU, e nos exercícios seguintes, até a baixa do termo.
- 6.6. A taxa de licença, no caso de solicitação de participação temporária em eventos realizados nas vias e logradouros públicos, será lançada da forma constante na tabela do Anexo XII, da lei nº 3160/2010, Código Tributário Municipal.
- 6.7. Após o deferimento da permissão de uso por parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, deverá o interessado solicitar o Alvará Sanitário ou sua dispensa, na Secretaria de Saúde do Município e anexá-lo ao processo.
- 6.8 O deferimento por parte do Secretário de Desenvolvimento Urbano, a comprovação do pagamento da taxa de permissão de uso e o alvará sanitário darão ao interessado o direito de obter a permissão de uso do espaço público.
- 6.9 A Diretoria de Vigilância Sanitária, a partir da emissão da licença sanitária, poderá realizar fiscalização "in loco", ocasião em que, sendo detectadas irregularidades, o permissionário terá o prazo máximo de 72 horas (setenta e duas horas) para regularização, sob pena de ter a permissão de uso revogada, podendo ter sua atividade suspensa de imediato até a regularização, considerando a gravidade desta.



#### 8. DO PRAZO

- 8.1 O termo de permissão de uso terá até 12 meses de vigência, podendo ser renovado, a pedido do interessado, com no mínimo 30 dias de antecedência do vencimento, conforme art. 24, parágrafo único da Lei 3787/2016.
- 8.2 <u>A renovação da permissão será realizada nos mesmos moldes da</u> inscrição, conforme item 4.1 deste edital.
  - 9. DOS DEVERES E VEDAÇÕES AOS TITULARES DO LICENCIAMENTO
- 9.1. Os titulares da permissão para exercício da atividade, objeto do Edital, devem cumprir todas as regras dispostas na Lei n° 3.787/2016 com suas eventuais alterações e Lei nº 4.093/2019 e nas demais normas aplicáveis.

#### 10. DO RECURSO

10.1. É facultada ao interessado, em decorrência das decisões inerentes ao presente processo de seleção, a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do indeferimento do processo. O recurso deve ser protocolado no setor de protocolo geral da prefeitura, por escrito e destinado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fará a análise em até 10 dias.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A solicitação de baixa antes do vencimento do Termo de Permissão de Uso deverá ser encaminhada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que procederá à análise de pendências para a concessão da baixa.



- 11.2. Essa convocação será regida pelo Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações.
- 11.3. É de inteira responsabilidade dos interessados acompanharem todos os atos, editais, datas e comunicados referentes a este processo.
- 11.4. Quaisquer dúvidas, consultas ou informações acerca do presente Edital somente serão aceitas se efetuadas por escrito, dirigidas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
- 11.5. Os casos omissos, regulamentações e eventuais dúvidas surgidas quanto a este Edital serão conduzidos à avaliação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- 11.6. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano poderá, a qualquer tempo, por meio de ato administrativo fundamentado, revogar o presente processo de seleção por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulá-la, na hipótese de comprovada ilegalidade, sem que caiba aos interessados qualquer indenização, reembolso ou compensação.
- 11.7. Não será permitido o trabalho de menores na forma do art 7º XXXIII da CF e art 67 do ECA.
- 11.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MG, para dirimir quaisquer demandas decorrentes do presente Edital.

Santa Luzia, 21 de maio de 2024.

Andréa Cláudia Vacchiano

Secretária de Desenvolvimento Urbano